

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	632.529.094
Preferenciais	0
Total	632.529.094
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	2.392.820	2.393.965	2.378.365
1.01	Ativo Circulante	252.415	257.716	225.984
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.431	7.772	6.480
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	24.035	14.227
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	24.035	14.227
1.01.03	Contas a Receber	215.449	205.646	194.430
1.01.03.01	Clientes	24.409	25.089	21.258
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	191.040	180.557	173.172
1.01.03.02.02	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	191.040	180.557	173.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.249	12.331	5.380
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.249	12.331	5.380
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.205	2.535	1.235
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.081	5.397	4.232
1.01.08.03	Outros	11.081	5.397	4.232
1.02	Ativo Não Circulante	2.140.405	2.136.249	2.152.381
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.138.719	2.134.399	2.152.324
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	66.001	62.093	61.920
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.072.718	2.072.306	2.090.404
1.02.01.10.03	Outros créditos	0	0	6.295
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	294	274	46
1.02.01.10.06	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	2.069.403	2.072.032	2.084.063
1.02.01.10.08	Tributos a recuperar	3.021	0	0
1.02.03	Imobilizado	407	363	57
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	407	363	57
1.02.04	Intangível	1.279	1.487	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	2.392.820	2.393.965	2.378.365
2.01	Passivo Circulante	213.380	205.179	189.767
2.01.02	Fornecedores	8.074	8.272	4.143
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.074	8.272	4.143
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	8.074	8.272	4.143
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.125	5.676	9.546
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.125	5.676	9.546
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.125	5.676	9.546
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	105.232	98.822	92.285
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.154	16.154	16.153
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.154	16.154	16.153
2.01.04.02	Debêntures	89.078	82.668	76.132
2.01.05	Outras Obrigações	94.949	92.409	83.793
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	10
2.01.05.02	Outros	94.949	92.409	83.783
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	79.464	85.438	76.347
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	10.560	3.970	4.741
2.01.05.02.05	Participações de empregados e administradores	952	291	0
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	931	51	0
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	2.427	1.988	1.899
2.01.05.02.08	Encargos de dívidas	615	671	796
2.02	Passivo Não Circulante	1.208.310	1.275.667	1.304.147
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	620.735	681.066	730.879
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	94.229	110.382	126.536
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	94.229	110.382	126.536
2.02.01.02	Debêntures	526.506	570.684	604.343
2.02.02	Outras Obrigações	4.658	4.277	59
2.02.02.02	Outros	4.658	4.277	59

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.03	Fornecedores	3.722	3.197	0
2.02.02.02.04	Encargos setoriais	704	618	0
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	232	462	59
2.02.03	Tributos Diferidos	544.064	525.281	508.015
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	544.064	525.281	508.015
2.02.03.01.01	Impostos e contribuições sociais diferidos	334.973	316.917	299.225
2.02.03.01.02	Impostos e contribuições sociais	209.091	208.364	208.790
2.02.04	Provisões	38.853	65.043	65.194
2.02.04.02	Outras Provisões	38.853	65.043	65.194
2.02.04.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	38.853	65.043	65.194
2.03	Patrimônio Líquido	971.130	913.119	884.451
2.03.01	Capital Social Realizado	632.529	632.529	632.529
2.03.02	Reservas de Capital	70.917	52.227	52.227
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	0	-524
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.690	0	0
2.03.02.07	Ágio na conversão de dívida	52.227	52.227	52.751
2.03.04	Reservas de Lucros	267.684	228.363	199.695
2.03.04.01	Reserva Legal	71.974	54.467	25.799
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	195.710	173.896	173.896

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	179.572	168.125	372.254
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-54.778	-20.932	-19.472
3.03	Resultado Bruto	124.794	147.193	352.782
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.563	-11.295	-39.976
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.244	-11.295	-39.976
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-14.244	-11.295	-39.976
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-319	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	110.231	135.898	312.806
3.06	Resultado Financeiro	-59.688	-66.157	-69.186
3.06.01	Receitas Financeiras	8.423	8.381	11.536
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.423	8.381	11.536
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.111	-74.538	-80.722
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-68.111	-74.538	-80.722
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	50.543	69.741	243.620
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.196	-19.259	-82.889
3.08.01	Corrente	0	-1.567	-1.494
3.08.02	Diferido	-17.196	-17.692	-81.395
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	33.347	50.482	160.731
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	33.347	50.482	160.731
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,05	0,08	0,25

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	33.347	50.482	160.731
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.347	50.482	160.731

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76.449	136.737	102.785
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-66.571	-8.633	-46.275
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	33.347	50.482	160.731
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17.196	19.259	82.889
6.01.01.03	Pis e Cofins Diferido	727	14.998	21.979
6.01.01.04	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-174.869	-156.361	-396.945
6.01.01.05	Despesas (receita) com juros, variações monetárias e cambiais – liquidas	59.916	64.741	74.249
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-6.959	-3.579	22.279
6.01.01.07	Amortização e depreciação	514	62	272
6.01.01.09	Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	3.583	0	0
6.01.01.10	Margem de Construção e receita de infraestrutura	-26	1.765	-11.729
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	145.092	148.559	149.060
6.01.02.01	(Aumento) de tributos a recuperar	-4.939	-6.951	-3.455
6.01.02.02	Diminuição de concessionárias e permissionárias	165.382	162.902	166.806
6.01.02.03	(Aumento) de despesas antecipadas	-670	-1.300	445
6.01.02.04	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-20.480	-100	0
6.01.02.05	(Aumento) de depósitos judiciais	-20	-228	546
6.01.02.06	(Aumento) de outros créditos	-5.684	-18.456	-7.351
6.01.02.07	Aumento de fornecedores	743	6.107	-14.435
6.01.02.08	Aumento de obrigações estimadas	880	51	0
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais	2.381	-17.672	5.198
6.01.02.12	Aumento de Encargos do Consumidor	525	724	850
6.01.02.13	Aumento de outras contas a pagar	6.974	23.482	456
6.01.03	Outros	-2.072	-3.189	0
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.072	-3.189	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.027	-10.208	-30.372
6.02.01	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-1.660	-6.272	0
6.02.02	Aplicações no imobilizado e intangível	-256	-1.855	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.05	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	26.943	-2.081	-31.026
6.02.06	Alienação de bens do ativo imobilizado	0	0	654
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-100.817	-125.237	-111.586
6.03.02	Pagamento dividendos	0	-12.723	-15.977
6.03.03	Pagamento de empréstimos – principal	-95.886	-87.968	-77.417
6.03.10	Pagamento de empréstimos – juros	-23.485	-24.546	-18.192
6.03.11	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-136	0	0
6.03.12	Recursos destinados a aumento de capital	18.690	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	659	1.292	-39.173
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.772	6.480	45.653
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.431	7.772	6.480

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.690	21.814	-15.840	0	24.664
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.840	0	-15.840
5.04.08	Reversão reserva especial de dividendos conf. AGOE 24/04/2024	0	0	21.814	0	0	21.814
5.04.09	Recurso destinado a adiantamento para futuro aumento de capital	0	18.690	0	0	0	18.690
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.347	0	33.347
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.347	0	33.347
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.507	-17.507	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	1.667	-1.667	0	0
5.06.05	Reserva de lucros - orçamento de capital	0	0	15.840	-15.840	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	70.917	267.684	0	0	971.130

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.227	199.695	0	0	884.451
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.227	199.695	0	0	884.451
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-21.814	0	-21.814
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-21.814	0	-21.814
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.482	0	50.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.482	0	50.482
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	28.668	-28.668	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	2.524	-2.524	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	0	0	4.330	-4.330	0	0
5.06.06	Reserva de lucros - orçamento de capital	0	0	21.814	-21.814	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.751	207.164	0	0	892.444
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.751	207.164	0	0	892.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-524	-91.853	-76.347	0	-168.724
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-76.347	0	-76.347
5.04.08	Programa de remuneração variável ILP	0	-524	0	0	0	-524
5.04.09	Pagamento Dividendos	0	0	-91.853	0	0	-91.853
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	160.731	0	160.731
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	160.731	0	160.731
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	84.384	-84.384	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	8.037	-8.037	0	0
5.06.05	Reserva especial de dividendos	0	0	76.347	-76.347	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.227	199.695	0	0	884.451

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	203.173	192.690	415.438
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	203.173	192.690	415.438
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.336	-27.453	-47.440
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.268	-18.705	-26.581
7.02.04	Outros	-68	-8.748	-20.859
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-68	-8.748	-20.859
7.03	Valor Adicionado Bruto	158.837	165.237	367.998
7.04	Retenções	-514	-62	-272
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-514	-62	-272
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	158.323	165.175	367.726
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.832	8.790	11.536
7.06.02	Receitas Financeiras	8.832	8.790	11.536
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	167.155	173.965	379.262
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	167.155	173.965	379.262
7.08.01	Pessoal	17.279	2.792	8.742
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.757	2.187	6.069
7.08.01.02	Benefícios	1.402	361	1.994
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.120	244	679
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.217	45.408	128.483
7.08.02.01	Federais	47.194	45.316	127.779
7.08.02.02	Estaduais	23	92	704
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	69.312	75.283	81.306
7.08.03.01	Juros	68.111	74.539	80.722
7.08.03.02	Aluguéis	1.201	744	584
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	33.347	50.482	160.731
7.08.04.02	Dividendos	15.840	21.814	76.347
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.507	28.668	84.384

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

Cataguases, 18 de março de 2025 – A Administração da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T24) e exercício de 2024. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 24-25 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LXTE	out/08	PA	508	1.550	jun/13	170,4	17,4	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 24/25, líquidos de PIS/Cofins e consideram de receita adicional de R\$ 8,6 milhões referente à REA nº 5.149/15, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado IFRS, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura no societário que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial societário se refere aos bens não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2. Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário e Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LXTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	2,4	5,1	- 53,1	1,4	7,5	- 81,7
Ganho/Perdas de eficiência na implementação de infraestrutura	(0,2)	(0,0)	+ 22.000,0	(0,1)	(1,3)	- 90,4
Receita das margens da obrigação de performance da construção	0,1	(0,4)	-	0,0	(0,4)	-
Receita de operação e manutenção	2,5	2,6	- 1,4	10,4	10,3	+ 0,8
Receita de remuneração do ativo de contrato	54,4	35,7	+ 52,2	174,9	156,4	+ 11,8
Outras receitas operacionais	4,6	5,3	- 13,4	20,3	20,3	- 0,3
Total da receita bruta	63,7	48,3	+ 31,9	206,8	192,7	+ 7,3
Deduções da receita	(8,1)	(6,3)	+ 27,2	(27,2)	(24,6)	+ 10,7
Receita operacional líquida	55,6	42,0	+ 32,6	179,6	168,1	+ 6,8
PMSO	(21,3)	(1,9)	+ 999,0	(70,6)	(27,7)	+ 155,0
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	4,5	(0,9)	-	3,1	1,2	+ 161,7
Custo de construção	(2,2)	(4,6)	- 53,1	(1,2)	(5,6)	- 77,9
Amortização / Depreciação	(0,1)	(0,0)	+ 2.720,0	(0,5)	(0,1)	+ 729,0
Resultado financeiro	(17,0)	(14,2)	+ 19,8	(59,7)	(66,2)	- 9,8
Contribuição social e imposto de renda	(6,6)	(4,6)	+ 43,5	(17,2)	(19,3)	- 10,7
Lucro líquido	12,9	15,7	- 17,9	33,3	50,5	- 33,9
EBITDA	36,7	34,5	+ 6,2	110,7	136,0	- 18,5
Margem EBITDA (%)	65,9	82,3	- 16,4 p.p.	61,7	80,9	- 19,2 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 55,6 milhões no 4T24, um aumento de 32,6% (+R\$ 13,7 milhões) em comparação ao 4T23, ocasionado principalmente pelo aumento da remuneração do ativo contratual, em função do reajuste tarifário da RAP e do resultado positivo na RTP conforme Resolução Homologatória nº 3.243 da ANEEL (R\$ 16,1 milhões).

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 21,3 milhões no 4T24, aumento de R\$ 19,3 milhões na comparação com o 4T23 em função de: (i) maiores aquisições de materiais sobressalentes e ferramental (+R\$ 5,1 milhões); (ii) despesas relacionadas as melhorias de pequeno porte (projeto transposição) das (+ R\$ 5,3 milhões); e (iii) pelas despesas ambientais relacionadas à reposição florestal R\$ (+R\$ 1,0 milhão) no 4T24.

Demais despesas operacionais: No 4T24, a rubrica teve resultado de R\$ 4,5 milhões, redução de R\$ 5,3 milhões ocasionado pelo efeito líquido das maiores reversões de contingências no 4T24 (-R\$ 6,5 milhões) e o provisionamento de saldos a receber oriundos de encargos rescisórios (+ R\$ 3,5 milhões).

Custo de construção: a linha de Custo de construção alcançou R\$ 2,2 milhões, uma redução de 53,1% no 4T24 em comparação com o 4T23 em consequência da menor realização de capex em reforços de pequeno porte (-R\$ 2,4 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 36,7 milhões no 4T24, aumento de R\$ 2,2 milhões comparado com o registrado em 4T23, principalmente pelos efeitos explicados na linha de receita operacional líquida.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido das receitas e despesas financeiras, aumentou 19,8%, alcançando R\$ 17,0 milhões no 4T24 ocasionado pelo efeito líquido do aumento da TJLP compensado em parte pelas amortizações que ocorreram no período.

Resultado líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 12,9 milhões no 4T24, em virtude principalmente dos eventos mencionados acima.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LXTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Total da receita bruta	48,7	49,5	- 1,7	198,9	197,3	+ 0,8
Deduções da receita	(6,7)	(6,5)	+ 3,5	(26,5)	(25,0)	+ 5,9
Receita operacional líquida	42,0	43,1	- 2,4	172,4	172,3	+ 0,1
PMSO	(9,3)	(2,0)	+ 372,7	(31,8)	(25,2)	+ 26,0
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	4,5	1,5	+ 189,4	3,0	3,6	- 15,5
Amortização / Depreciação	(12,0)	(11,9)	+ 0,6	(47,8)	(47,5)	+ 0,6
Resultado financeiro	(17,0)	(14,2)	+ 20,1	(59,6)	(66,2)	- 10,0
Contribuição social e imposto de renda	(3,5)	(3,4)	+ 3,8	(12,4)	(8,1)	+ 52,0
Lucro líquido	4,8	13,2	- 64,0	24,0	28,9	- 17,0
EBITDA	37,2	42,7	- 12,7	143,7	150,7	- 4,6
Margem EBITDA (%)	88,6	99,0	- 10,4 p.p.	83,3	87,5	- 4,1 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado regulatório:

Receita operacional líquida: No 4T24, a LXTE, apresentou uma receita operacional líquida de R\$ 42,0 milhões, - 2,4% (- R\$ 1,1 milhão) menor do que o registrado no 4T23 em função dos seguintes eventos: (i) maior volume de indisponibilidade (PV) no 4T24 em relação ao período comparado (- R\$ 1,2 milhão), (ii) maiores descontos na RAP referentes a PA e Rateio de antecipação (-R\$ 1,1 milhão) no 4T24. Esses efeitos foram compensados pelo (iii) reajuste tarifário da RAP (Receita Anual Permitida) de 3,93% (IPCA) conforme Resolução Homologatória nº 3.348 da ANEEL e (iv) resultado positivo da RTP conforme Resolução Homologatória nº 3.243 da ANEEL.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 9,3 milhões no 4T24, R\$ 7,3 milhões maior do que o registrado em 4T23, pelos seguintes eventos: (i) maiores gastos com limpeza de servidão, manutenção corretiva e conservação de equipamentos (+R\$ 5,0 milhões) e (ii) provisões constituídas para os saldos a receberem oriundos de AVC complementares (+R\$ 3,5 milhões). Parte desses efeitos foram compensados pelo impacto positivo da internalização das atividades O&M.

Demais despesas operacionais: A rubrica teve um aumento de R\$ 2,9 milhões no 4T24 na comparação com 4T23 devido a mudanças de prognósticos das contingências fiscais e ambientais que ocasionaram em menores reversões no 4T24.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA: A redução do EBITDA de 12,7% (-R\$ 5,4 milhões) no 4T24, ocorreu basicamente pelos seguintes eventos descritos nas rubricas de receita operacional líquida e PMSO.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido das receitas e despesas financeiras, aumentou 20,1%, (+ R\$ 2,9 milhões) alcançando uma despesa de R\$ 17,0 milhões no 4T24 ocasionado pelo efeito líquido entre o aumento da TJLP e das amortizações que ocorreram entre os períodos comparados.

Lucro líquido: A Companhia registrou um lucro de R\$ 4,8 milhões no 4T24, redução de R\$ 8,5 milhões na comparação com 4T23 em virtude dos eventos mencionados acima.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 74,4 milhões em dezembro, frente aos R\$ 90,5 milhões registrados em setembro de 2024.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida foi de R\$ 652,2 milhões, contra R\$ 666,0 milhões em setembro de 2024.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024
Circulante	105,8	103,4	98,5
Empréstimos e financiamentos	16,2	16,2	16,2
Debêntures	89,1	86,6	81,7
Encargos de dívidas	0,6	0,6	0,6
Não Circulante	620,7	653,1	649,2
Empréstimos e financiamentos	94,2	98,3	102,3
Debêntures	526,5	554,9	546,9
Total das dívidas	726,6	756,5	747,7
(-) Disponibilidades financeiras:	74,4	90,5	88,5
Total das dívidas líquidas	652,2	666,0	659,3

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou LXTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008, a Isolux Ingenieria S/A (ex-controladora da Gemini Energy S/A) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Pará, composto por linhas de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, pela subestação Xingu em 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013.

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do

Notas Explicativas

controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

VII - Operar e manter as instalações de transmissão observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu as RAPs da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+3,93%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica		Total (*)	Total
		RBL	RBNI	Ciclo 2024-2025	Ciclo 2023-2024
LXTE	008/2008	161.274	9.173	170.447	162.505

(*) A RAP da companhia como o reajuste do IPCA (+3,9%).

1.2.2 Revisão Tarifaria Periódica - RTP

A Resolução homologatória nº 3.343 de julho de 2024 estabelece o resultado das revisões tarifárias periódicas da Receita Anual Permitida (RAP) de 2024 que impactaram diretamente o contrato de concessão de transmissão da Companhia resultando no índice de reposicionamento total de 4,99%.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem as informações utilizadas na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2025.

Notas Explicativas

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato);
- III. Nota explicativa nº 15 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório e ambiental: estimativa de perda em processos.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas Explicativas

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do

Notas Explicativas

passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência.
- d. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 09/2008 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado junto ao Poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto

Notas Explicativas

diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia;

- f. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- g. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As

Notas Explicativas

receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

i. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

j. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/ 2024 - NBC TG09 e CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras no futuro.

4. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	8.431	7.772
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	8.431	7.772

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2024 equivale a 96,6% do CDI (99,3% do CDI em 2023).

	2024	2023
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimentos Exclusivos		
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	371
Operações compromissadas	-	4.131
Fundo de Renda Fixa	-	13.928
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	1.593
Letra Financeira (LF)	-	4.012
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	49.120	45.283
Recursos vinculados	16.881	16.810
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	66.001	86.128
Circulante	-	24.035
Não Circulante	66.001	62.093

⁽¹⁾ Inclui R\$49.120 (R\$62.093 em 2023) referente a garantias de debêntures.

6. Concessionárias e permissionárias

	2024	2023
Concessionárias e permissionárias	27.811	24.920
Concessionárias e Permissionárias - partes relacionadas	181	169
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD ⁽¹⁾	(3.583)	-
Total - circulante	24.409	25.089

⁽¹⁾ Refere-se a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2024	2023
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	14.855	10.985
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.310	1.310
Contribuições ao PIS e à COFINS	12	11
Outros	93	25
Total	17.270	12.331
Circulante	14.249	12.331
Não circulante	3.021	-

Notas Explicativas

8. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2024	2023
Ativo		
Prejuízos fiscais	17.213	10.862
Base negativa da contribuição social	6.197	3.910
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	5.969	13.048
Contribuição social	2.149	4.697
Total - ativo não circulante	31.528	32.517
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(269.486)	(256.937)
Contribuição social	(97.015)	(92.497)
Total - passivo não circulante	(366.501)	(349.434)
Total líquido - passivo não circulante	(334.973)	(316.917)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2024		2023	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	68.853	23.410	43.447	14.772
Provisões para riscos (cível, trabalhista, fiscal e regulatório)	16.250	5.525	42.440	14.430
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa-PECLD	3.583	1.218	-	-
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	1.208	411	9.750	3.315
Outras adições temporárias	2.838	964	-	-
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.077.945)	(366.501)	(1.027.749)	(349.434)
Total líquido - passivo não circulante	(985.213)	(334.973)	(888.665)	(316.917)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2026	3.004
2027	3.773
2028	5.172
2029	6.531
2030 a 2032	10.005
Após 2032	3.043
Total	31.528

Notas Explicativas

Em 2024 e 2023 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	50.543	69.741
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(17.185)	(23.712)
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	-	185
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.) ⁽²⁾	(11)	(62)
Incentivos fiscais - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽³⁾	-	4.330
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(17.196)	(19.259)
Alíquota efetiva	34,02%	27,62%

- (1) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.
- (2) Refere-se a incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.
- (3) Companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para os exercícios de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, através do Laudo Constitutivo nº 0204/2018, reconhecido pelo ADE RFB 134/2019. No ano de 2024, não houve apuração de incentivo. No ano de 2023, o incentivo utilizado foi de R\$4.330.

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A (83,34% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços

A Gemini Energy S/A é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que por meio das participações nas sociedades, Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL) (Controladora da Ângulo 45 Empreendimentos S/A), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) (controladora da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A (EDGNE), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPNE) possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
· Energisa Biogás S/A	EBG	Holding

Notas Explicativas

	Sigla	Ramo de atividade
• Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	Holding
• Energisa Participações Nordeste S/A	EPNE	Holding
• Clarke Desenvolvimento de Software S/A	CLARKE	Serviços
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	ETT II	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPTE	Transmissão de energia
• Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S/A	EMA I	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia V S/A	ETE V	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VIII S/A	ETE VIII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:		
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power Holding de Energia S/A	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica de Comercialização de Energia	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
• Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
• URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda	REENERGISA I	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	REENERGISA II	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	REENERGISA III	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A	REENERGISA V	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	REENERGISA IV	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	REENERGISA VI	Geração distribuída fotovoltaica
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S/A	REENERGISA VII	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A	REENERGISA VIII	Geração distribuída fotovoltaica
• Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
• Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLOWSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
• Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
• Ângulo 45 Participações S/A	ÂNGULO 45 PART	Holding
Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
• Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
• Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de Compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
• Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás	ESGAS	Distribuição do Gás Natural
• Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A	EDGNE	Holding
Controlada direta da Energisa Participações Nordeste S/A:		
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	EPB	Distribuição de energia
Controlada direta da Ângulo 45 Participações S/A:		
• Ângulo 45 Empreendimentos S/A	ÂNGULO 45 EMPR	Geração distribuída
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A		
• Norgás S/A	NORGÁS	Holding

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Comissão e debêntures - outras despesas financeiras ⁽⁵⁾	Saldo a pagar	Saldo a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁶⁾
ESOL ⁽²⁾	(5.170)	-	-	-	-	-	-
ESA ⁽³⁾	(2.373)	(1.003)	-	-	(418)	-	-
ESS	-	(18)	793	-	-	21	-
ETO	-	(9)	546	-	-	15	-
EMT	-	(110)	1.801	-	(5)	53	-
ESE	-	(11)	421	-	(1)	11	-
EMS	-	(153)	1.140	-	(13)	31	-
EPB	-	(424)	867	-	(38)	21	-
EMR	-	(219)	145	-	(16)	-	-
ERO	-	(18)	568	-	(1)	21	-
EAC	-	(8)	155	-	-	8	-
ECOM	-	(43)	-	-	(3)	-	-
REDE POWER	-	-	-	(2.185)	-	-	-
GEMINI	-	-	-	-	-	-	(18.690)
2024	(7.543)	(2.016)	6.436	(2.185)	(495)	181	(18.690)
2023	(6.284)	-	5.816	-	(1.305)	169	-

(1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição;

(2) Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção;

(3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento e telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL, firmado em 23 de outubro de 2023, com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023, com vencimento em 31 de outubro de 2026, no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(4) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.;

(5) Rede Power Holding de Energia S/A adquiriu no mercado parte das debêntures de 2ª emissão, com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 13. As debêntures foram negociadas em 08/2024.

(6) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

Remuneração dos administradores:

Nos exercícios de 2024 e 2023, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

Notas Explicativas

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 2024, não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE Jurupari - 3º Banco de autotransformadores 500/230 kV
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	6,48%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3% a 12%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.380.158
RAP anual ⁽²⁾	170.447

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

⁽²⁾ A resolução homologatória da ANEEL, nº 3.348 de 16 de julho de 2024, estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2024-2025, reajustando a RAP pelo IPCA em 3,93%.

Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no período/exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2024	2023
Saldos iniciais	2.252.589	2.257.235
Receita de remuneração do ativo de contrato	174.869	156.361
Receita das margens da obrigação de performance de construção	26	130
Receita de operação e manutenção	10.359	10.276
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(127)	(1.895)
Receita de construção da infraestrutura	1.371	7.491
Recebimento RAP	(178.644)	(177.009)
Saldo Final	2.260.443	2.252.589
Circulante	191.040	180.557
Não Circulante	2.069.403	2.072.032

11. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de Materiais	1.451	1.702
Fornecedores de Serviços	10.345	9.767
Total ⁽¹⁾	11.796	11.469
Circulante	8.074	8.272
Não Circulante	3.722	3.197

⁽¹⁾ Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à realização de melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

Notas Explicativas

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação do empréstimo, financiamento e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952	110.998
Total ao custo amortizado	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952	110.998
Circulante	16.825				16.769
Não circulante	110.382				94.229

	Saldo em 2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Saldo em 2023
Mensurados ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado	143.485	(16.154)	(10.552)	10.428	127.207
Total do custo amortizado	143.485	(16.154)	(10.552)	10.428	127.207
Circulante	16.949				16.825
Não circulante	126.536				110.382

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Vencimen to	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (%a.a.)	Garanti as	Covenan ts ⁽¹⁾
	2024	2023						
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5	110.998	127.207	10,00	out/31	Mensal a partir de mar/15	1000,00%	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	110.998	127.207						

R = Recebíveis e S = Seguro

(1) **Condições de covenants** - o empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral, requer a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos:

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	16.154
2027	16.154
2028	16.154
2029	16.154
Após 2029	29.613
Total	94.229

Notas Explicativas

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado					
Pós Fixado					
IPCA	156.501	(4.643)	(9.419)	16.993	159.432
TJLP	508.373	(75.091)	(5.057)	38.049	466.274
(-) Custo com captação	(11.522)	-	-	1.400	(10.122)
Total ao custo amortizado	653.352	(79.734)	(14.476)	56.442	615.584
Circulante	82.668				89.078
Não circulante	570.684				526.506

	Saldos em 2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós-fixado					
IPCA	151.201	(1.489)	(8.646)	15.435	156.501
TJLP	542.198	(70.325)	(5.348)	41.848	508.373
(-) Custo com captação	(12.924)	-	-	1.402	(11.522)
Total do custo amortizado	680.475	(71.814)	(13.994)	58.685	653.352
Circulante	76.132				82.668
Não circulante	604.343				570.684

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Garantias (1)	Covenants
	2024	2023								
Debentures 1ª Emissão (2)	466.274	508.373	27/01/2012	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 6.00	out/30	Semestral a partir de out/22	7,19	R + S + B	NA
Debentures 2ª Emissão	159.432	156.501	29/03/2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5.83	abr/36	Anual a partir de abr/23	10,66	A	2
(-) Custos de captação	(10.122)	(11.522)								
Total	615.584	653.352								

(1) **Garantias:**
A = Aval Energisa S/A

B = CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$49.120 (R\$62.093 em 31 de dezembro de2023).

R = Recebíveis

S = Seguro

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração. Em 31 de dezembro de 2024, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Notas Explicativas

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual

^(*)EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratório

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos:

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	84.923
2027	85.718
2028	79.337
2029	78.540
Após 2029	197.988
Total	526.506

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debêntures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos/exercícios:

Moeda/indicadores	2024	2023
TJLP	6,19%	7,05%
IPCA	4,83%	4,62%

14. Impostos e contribuições sociais

	2024	2023
Contribuições ao PIS e à COFINS ^(*)	210.981	210.373
Encargos Sociais	109	25
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	-	528
Imposto Sobre Serviços - ISS	121	216
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	120	119
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	2.885	2.779
Total	214.216	214.040
Circulante	5.125	5.676
Não circulante	209.091	208.364

^(*) PIS e COFINS corrente e diferido reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

15. Provisões para riscos cíveis, fiscais e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, fiscal e ambiental.

Notas Explicativas

15.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Cível	Fiscal	Ambiental	2024	2023
Saldo inicial - não circulante	2.146	18.326	44.571	65.043	65.194
Provisões e reversões líquidas	(436)	(2.136)	(4.387)	(6.959)	(3.579)
Pagamentos realizados	(547)	(8)	(19.925)	(20.480)	(100)
Atualização monetária	28	1.357	(136)	1.249	3.528
Saldo final - não circulante	1.191	17.539	20.123	38.853	65.043

A Companhia possui cauções e depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, no montante de R\$294 (R\$274 em 2023), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Fiscal

As ações tributárias envolvem discussões sobre débito de ISS objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISSQN e pedido de compensação de tributos federais.

Ambiental

Ação ambiental que discute ausência de licenciamento ambiental.

Principal processo:

Processo	Tipo de Ação	Objeto	2024	2023
5051902-68.2019.4.02.5101	Ambiental	. Ação ambiental proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental.	20.123	44.386

Por determinação da justiça efetuamos o pagamento parcial deste processo no trimestre.

Notas Explicativas

15.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Cível	Fiscal	2024	2023
Saldo inicial	527	44.769	45.296	39.852
Mudança de prognóstico e valor pedido	(546)	1.201	655	702
Encerramento de processos	-	-	-	(70)
Atualização monetária	19	3.709	3.728	4.812
Saldo final	-	49.679	49.679	45.296

Fiscal

Ação fiscal envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS.

Processo	Tipo de Ação	Objeto	2024	2023
0001307-30.2019.8.14.0075	Execução Fiscal	Processo ajuizado em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS. A posição da Companhia é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria. Processo aguardando julgamento.	49.679	44.769

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$632.529 (R\$632.529 em 2023) representando 632.529.094 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	527.120.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	105.409.094
	632.529.094

16.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

16.3 Reserva Especial de dividendos

Em 2024, o saldo de reserva é de R\$195.710 (R\$173.896 em 2023), que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se estes montantes não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Notas Explicativas

Em 24 de abril de 2024, a AGO/E aprovou a deliberação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no montante de R\$21.814, para a reserva especial de dividendos, conforme artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

16.4 Reserva de lucros - orçamentos de capital

O montante destinado para a reserva de orçamento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$15.840(R\$21.814 em 31 de dezembro de 2023), que foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

16.5 Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 - Ato Declaratório Executivo nº 134 - DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou R\$4.330 de redução de imposto de renda e adicionais.

16.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	33.347	50.482
Reserva legal - 5%	(1.667)	(2.524)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	-	(4.330)
Lucro líquido ajustado	31.680	43.628
Dividendos obrigatórios (50%)	15.840	21.814
Total dos dividendos	15.840	21.814
% sobre o lucro líquido ajustado	50%	50%

Notas Explicativas

17. Receita operacional

Descrição	2024	2023
Receita de construção de infraestrutura	1.371	7.491
Perdas de eficiência na implementação de infraestrutura	(127)	(1.895)
Receita das margens da obrigação de performance da construção	26	130
Receita de remuneração do ativo de contrato	174.869	156.361
Receita de operação e manutenção	10.359	10.276
Outras receitas	20.258	20.327
Total de receita operacional bruta	206.756	192.690
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(3.277)	(3.256)
PIS diferido	(130)	76
COFINS corrente	(15.092)	(14.998)
COFINS diferido	(597)	349
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(7.509)	(6.166)
Taxa de fiscalização	(579)	(570)
Total de dedução da receita	(27.184)	(24.565)
Receita operacional líquida	179.572	168.125

18. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço de operação	Despesas Gerais e Administrativas	2024	2023
Pessoal e administradores	18.244	1.763	20.007	3.216
Entidade de previdência privada	74	47	121	34
Material	14.510	301	14.811	2.197
Serviços de terceiros	14.866	14.148	29.014	17.107
Custo de construção	1.244	-	1.244	5.632
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	3.583	-	3.583	-
Provisão (Reversão) de provisões para riscos	-	-	-	(3.578)
trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais	-	6.959	6.959	-
Depreciação e amortização	-	514	514	62
Outras	2.257	4.430	6.687	7.557
	54.778	14.244	69.022	32.227

19. Receitas e Despesas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	6.816	7.900
Tributos sobre receita financeira	(409)	(409)
Outras receitas financeiras	2.016	890
Total receitas financeiras	8.423	8.381
Despesas Financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(25.039)	(25.920)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(40.355)	(43.193)
Atualização de contingências	(1.249)	(3.528)
Despesas com IOF	(14)	(958)
Outras despesas financeiras	(1.454)	(939)
Total despesas financeiras	(68.111)	(74.538)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(59.688)	(66.157)

Notas Explicativas

20. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício	33.347	50.482
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	632.529	632.529
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,05	0,08

⁽¹⁾ A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 13, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

21. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não são revisadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2024	2023
Responsabilidade civil geral	30/06/2025	40.000	11	17
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	3	-
Riscos operacionais	30/06/2025	200.000	2.619	1.083
Responsabilidade Civil obras	30/04/2025	15.000	46	-
Riscos de Engenharia (RE)	30/11/2025	47.200	68	-
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	6.560	38	6
Auto-Frota	23/10/2025	1.000/veículo	2	
Responsabilidade civil de administradores e diretores(D&O)	05/08/2025	100.000	3	2
Transporte nacional	30/07/2025	Até 5.000/viagem	2	1
			2.792	1.109

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	8.431	8.431	7.772	7.772
Concessionárias e permissionárias	2	24.409	24.409	25.089	25.089
		32.840	32.840	32.861	32.861
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	66.001	66.001	86.128	86.128
		66.001	66.001	86.128	86.128
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	11.796	11.796	11.469	11.469
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	726.582	728.494	780.559	781.529
		738.378	740.290	792.028	792.998

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2024, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar, mensalmente, a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Notas Explicativas

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2024	2023
Dívida ⁽¹⁾	726.582	780.559
Caixa e equivalentes de caixa	(8.431)	(7.772)
Dívida líquida	718.151	772.787
Patrimônio líquido	971.130	913.119
Índice de endividamento líquido	0,74	0,85

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e 13.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		8.074	-	-	-	3.722	11.796
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	9,52%	65.283	56.373	271.886	273.491	386.368	1.053.401
Total		73.357	56.373	271.886	273.491	390.090	1.065.197

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica, é definida nos termos da legislação vigente pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

Notas Explicativas

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	8.431	7.772
Concessionárias e permissionárias	6	24.409	25.089
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	66.001	86.128

c) Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 12, são compostos de financiamentos obtidos junto a instituições através de emissões no mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e estão expostos, conforme demonstrado:

- Variação das taxas de juros

Considerando que, o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 2024 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	66.001	Alta CDI	9.900	12.375	14.850
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(466.274)	Alta TJLP	(34.644)	(43.305)	(51.966)
	(159.432)	Alta IPCA	(7.701)	(9.626)	(11.552)
Subtotal (2)	(625.706)		(42.345)	(52.931)	(63.518)
Total -perdas (2)	(559.705)	-	(32.445)	(40.556)	(48.668)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2025 (15,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2024, TJLP 7,43% e IPCA 4,83% ambos ao ano;

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$110.998.

23. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que, os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - o objetivo geral do programa é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão em 500 kV Tucuruí-Xingu-Jurupari;

Notas Explicativas

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas, que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo, bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos;

3. Gestão de Resíduos Sólidos - ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, e tem por objetivos, reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento;

4. Programa de Comunicação Social - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas pela Companhia				
Empresa	Trecho	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento ^(*)
LXTE	Tucuruí - Xingu; Xingu - Jurupari; SE Jurupari	LO 1162/2013	12/06/2013	12/06/2018

^(*) Licença válida - renovação tácita.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, os investimentos em meio ambiente foram de R\$1.774.

^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

24. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

A administração do plano previdenciário é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Plano de benefício patrocinado pela Companhia no exercício de 2024:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	- Aposentadoria; - Benefício por invalidez; - Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio desse plano foi de R\$121 (R\$34 em 2023), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Notas Explicativas

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora LXTE está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2024	2023
Ativos	29	8
Benefício Proporcional Diferido - BPD	2	1
Total	31	9

25. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2024	2023
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	174.869	156.361
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(101)	(1.765)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	803	1.219
Arrendamento mercantil - IFRS 16	94	-
Atividades de investimento		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	803	1.219

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registra o montante de R\$ 2.260.443 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria.

Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além

de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 12 de março de 2024, sem modificação.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC – SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC – RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 18 de março de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 18 de março de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG